

5 SET 1987

5 SET 1987

O ESTADO DE S. PAULO — 3

Na Constituinte, as fraquezas de Sarney

Com o passar dos dias e das noites, sem que sejamos atingidos pela graça de um Deus brasileiro, o País vai-se dando conta de que a Constituinte foi mesmo um excelente tema de campanha, não se prestando, a julgar pelo que foi visto até agora, para salvar-nos das nossas maiores dificuldades.

Pelo contrário, uma sensação de desapontamento coletivo cerca o trabalho dos parlamentares e cria a expectativa de que a nova Carta representará o encerramento de uma fase da vida política brasileira, significando, em contrapartida, o início de algo novo e imprevisível, que poderá assumir feição mais assustadora do que a da crise eterna em que vivemos.

Os dados disponíveis até o momento indicam que os constituintes estão propensos a criar um sistema de governo singular, não conhecido em qualquer outra parte do planeta. Não será nem um parlamentarismo puro nem um presidencialismo autoritário, segundo o dizer do relator Bernardo Cabral, que encontrou essa forma magnífica para confessar que não sabe ainda o que lhe sairá da pena.

Há originalidade nisso? Tratando-se de uma elaboração de Constituição, é claro que há. Não se tem notícia de que qualquer outro Parlamento se mostrasse empenhado em transpor para o texto constitucional o artificialismo derivado das fraquezas pessoais dos governantes. O que se presencia no momento é a tentativa clara, sem disfarces, de exprimir no futuro sistema de governo a debilidade de um presidente da República que não soube dar o muro na mesa na hora certa e acabou prisioneiro das próprias fragilidades.

O que os parlamentares talvez não distingam é a transitoriedade desse quadro. Refleti-lo na nova Carta, assim como as leis ordinárias do período ditatorial refletiram seguidos casuísmos, representa o erro maior, pelo qual o País poderá pagar caro.

no sentido de modificar o regime presidencialista, uma tradição brasileira. Tendo em vista a presença, no poder, de um presidente fraco, cuida-se de deixá-lo unicamente como chefe de Estado, fazendo com que a tarefa de administrar seja delegada quem sabe a um primeiro-ministro.

Da última vez que o País enfrentou problema semelhante tentou-se igualmente a solução parlamentarista, que não deu certo. Quem não se lembra de que o falecido presidente João Goulart, metendo os pés pelas mãos na tarefa de comandar o País, acabou enfraquecido e teve de engolir um primeiro-ministro? Pois bem, tanto o presidente como seus primeiros-ministros — inclusive Tancredo Neves — saíram desmoralizados dessa experiência infeliz.

Agora, em virtude da comprovação da ineficiência do atual governo, a Assembléia Nacional Constituinte, inclina-se pela mudança do regime, como se isso pudesse resolver o problema da incompetência administrativa. Curiosamente, depois de ter decidido a mais não poder aos políticos, como forma de manter-se no cargo, o presidente José Sarney dá mostras de inconformismo e promete lutar pelo presidencialismo.

Ao mesmo tempo, em discurso amplamente divulgado, fez o elogio público das Forças Armadas, causando com isso a impressão de que, por iniciativa própria, começa a fazer um novo tipo de concessão. Ou seria uma ameaça? Caso não constiga, por meio da negociação política, chegar ao ponto que o interessa, estará o presidente da República tentado a rever sua forma de sustentação do poder?

Nos últimos tempos, em função do processo de degradação moral por que passa o País, aliado ao descontrole da economia, são inúmeras os políticos que apregoam como fato inevitável o retorno da influência militar no governo. Há até os que fazem a defesa desse processo, esquecidos, quem sabe, de nossa história recente.

Muitas vezes quem está na floresta enxerga melhor as árvores, mais próximas, e não vê a mata como um todo. Com inúmeros políticos brasileiros ocorre o mesmo, o cipoal político em que nos metemos, sendo poucos os que percebem a grande evidência: assim como em outras épocas de nossa história, o País não tem um governo eficiente — e este é o nosso grande problema. Desta vez, porém, há uma diferença: além de estarmos meio sem governo, estamos também sem oposição.

Quando não existia bom governo mas havia uma oposição atuante, restava a esperança de que o revezamento de partidos no poder resolvesse o renitente problema da incompetência administrativa. Veto esse rezeamento, uma nova legenda ocupou o comando mas desfez as ilusões, porque impôs uma administração até pior do que as anteriores.

É nesse quadro de incompetência administrativa que deve ser analisada a tendência dos constituintes

Caso a Constituinte reflita no texto final situações indesejadas pelos governados — e a amostragem conhecida traz essa preocupação — não será surpresa se aumentar o caudal daqueles que se sentem capazes de novamente bater as portas dos quartéis. É preciso, portanto, que os parlamentares não cedam à tentação de invenções políticas jurídicas que encerram sempre o risco de provocar resultado antagônico ao desejado.

É nesse contexto que se insere o "monstro" em gestação representado por uma forma de governo não testada. Os constituintes parecem esquecidos de que o presidente José Sarney vem de um acidente de nossa história e chegou ao poder sem estar preparado para tanto. Os demais, todavia, serão escolhidos pelo voto direto e livre, de conformidade com a vontade dos eleitores. Enfim, seria preferível que os constituintes olhassem para o futuro, não para o presente.

A.T.C.

Um artigo contra Maluf

Desde que perdeu as eleições para governador, no ano passado, o ex-candidato Paulo Maluf vem-se dedicando prioritariamente às suas atividades particulares, como empresário. Há quem diga que é candidato a presidente da República, mas não existe a menor confirmação disso.

Pois bem, a despeito de ser agora apenas um cidadão, como tantos outros, ainda é motivo de preocupações políticas. Tanto assim, que o texto conhecido da futura Constituição inclui um artigo especialmente voltado contra ele, com o propósito de evitar que saia candidato a presidente.

De fato, sem que a maior parte das pessoas tenha percebido, o anteprojeto divulgado determina que não poderá ser candidato à Presidência da República quem houver recebido condenação da Justiça em ação popular. O próprio Paulo Maluf ainda não sabe disso, porque está na Argentina em viagem de interesse de sua indústria (a Eucatex).

Quem percebeu o casuismo foi o deputado federal Guilherme Afif, o qual, embora distante politicamente de Paulo Maluf, afirmou-se revoltado por verificar que a Carta será capaz de abrigar discriminações de ordem pessoal, caso os constituintes não demonstrem a preocupação de pensar naquilo que é mais importante: o País.

Conforme se recorda, Paulo Maluf, quando prefeito de São Paulo, aprovou na Câmara Municipal projeto de lei que o autorizava a doar um Fusca a cada jogador brasileiro que vencera o tricampeonato mun-

dial de futebol, em 1970. Pela iniciativa acabou condenado em ação popular. Posteriormente, já como governador, teve outro processo dessa natureza, pela distribuição de flores.

Se prevalecer no texto final da Constituição o artigo referido, a condenação decorrente será perpétua, e, portanto, mais grave do que aquela advinda das decisões do Judiciário. Segundo Guilherme Afif, que se baseou em indagações feitas no Congresso Nacional, o objeto do casuismo "é o homem que doou os Volkswagens". Enfim, é uma espécie inusitada de missa de encomenda.

Marajás

Há um decreto-lei do presidente João Figueiredo, de 30 de novembro de 1982, que limita a remuneração mensal dos funcionários públicos da administração direta e indireta da União, estabelecendo que nenhum deles poderá ganhar mais do que o presidente da República. Por estar em vigor, representa um freio à escalada dos salários e à criação dos marajás.

No Estado de São Paulo, a solução para o problema dos altos salários na administração pública continua em ritmo paulense, mas isso não é o pior: a cada dia, novos servidores se aproximam mais da condição de marajás, porque nada se faz para evitar que acumulem as vantagens e benefícios correspondentes ao exercício de certos cargos. Enfim, o próprio governo, pela omissão, estimula o surgimento de novos marajás.